

HENRY LOUIS GATES JR.

Os negros na América Latina

Tradução

Donaldson M. Garschagen



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2011 by Henry Louis Gates Jr.

Todos os direitos reservados, incluindo os direitos de reprodução do todo ou de parte.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Black in Latin America

Capa

Victor Burton

Imagem de capa

Human races (Las castas) (séc. XVIII), óleo sobre tela, 104 × 148 cm. Museo Nacional del Virreinato, Tepotzotlan, México. Foto: Hugh Sitton/ Corbis/ Latinstock.

Preparação

Flávia Lago

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Luciana Baraldi

Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gates, Henry Louis, Jr.

Os negros na América Latina / Henry Louis Gates Jr. ; tradução
Donaldson M. Garschagen — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das
Letras, 2014.

Título original: Black in Latin American

ISBN 978-85-359-2426-8

1. América Latina — Civilização — Influências africanas 2.
Escravidão — América Latina — História 3. Negros — América
Latina — História 4. Negros — Identidade racial — América
Latina 5. Relações raciais — América Latina — 1. Título.

14-01780

CDD-980.00496

Índice para catálogo sistemático:

1. América Latina : Negros : Civilização : História

980.00496

[2014]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	9
Introdução	13
1. Brasil: “Que Exu me conceda o dom da palavra”	29
2. México: “A vovó preta como um segredo de família” ...	92
3. Peru: “O sangue dos incas, o sangue dos mandingas” ...	135
4. República Dominicana: “Pretos atrás das orelhas”	173
5. Haiti: “Elevo-me de minhas cinzas; Deus é minha causa e minha espada”	208
6. Cuba: A próxima revolução cubana	251
<i>Apêndice: Categorias de cor na América Latina</i>	309
<i>Referências bibliográficas</i>	323
<i>Índice remissivo</i>	339

1. Brasil

“Que Exu me conceda o dom da palavra”

De modo geral, a emancipação [no Brasil] foi pacífica, e os brancos, negros e índios estão hoje se amalgamando numa nova raça.

W. E. B. Du Bois, 1915

Faz muito tempo que, na América do Sul, temos feito de conta que vemos uma possível solução no amálgama de brancos, índios e negros. Entretanto, esse amálgama não prevê nenhuma redução do poder e do prestígio dos brancos, em relação aos dos índios, dos negros e dos mestiços, e sim uma inclusão, no chamado grupo branco, de uma porção considerável de sangue escuro, ao mesmo tempo que se mantêm a barreira social, a exploração econômica e a privação dos direitos políticos do sangue negro como tal. [...] E apesar dos fatos, nenhum brasileiro ou venezuelano ousa jactar-se de seus ancestrais negros. Por isso, o amálgama racial na América Latina nem sempre ou raramente traz consigo uma ascensão social e um esforço planejado para levar os mulatos e mestiços à liberdade num Estado democrático.

W. E. B. Du Bois, 1942

Durante muito tempo, a palavra “raça” só me trazia à mente imagens de negros nos Estados Unidos. Por mais tolo que hoje isso possa parecer, naquele tempo, para mim, *raça* era um codinome que designava os negros e suas relações com os brancos em meu país. Creio que se trata, provavelmente, de algum tipo de excepcionalismo afro-americano para pessoas de minha idade, que chegaram à maioria por ocasião do Movimento pelos Direitos Civis do fim dos anos 1950 e da década de 1960. Mesmo hoje, em nossa era de multiculturalismo, às vezes ainda tenho de me lembrar de dois fatos: primeiro, que *raça* não é somente um fato negro, que *raça* (palavra com que a maioria das pessoas pretende dizer etnicidade) designa diversos tipos de pessoas, representando todo um leque de etnicidades, em muitos lugares diferentes; segundo, que os afro-americanos nos Estados Unidos não têm uma patente sobre o termo ou sobre as condições sociais que resultaram da escravidão ou da triste história das relações raciais que se seguiram à escravidão norte-americana.

Cabe dizer que os afro-americanos não têm uma patente *principalmente* sobre a escravidão em todo o Novo Mundo, como vim a compreender bem mais tarde. Quando adolescente, eu simplesmente supunha que a experiência da escravidão no Novo Mundo era dominada por nossos ancestrais, que chegaram aos Estados Unidos entre 1619 e a Guerra de Secessão. E creio que muitos americanos ainda pensam assim. A verdade, porém, é que os ancestrais escravos dos afro-americanos atuais foram só uma fração ínfima — menos de 5% — de todos os africanos importados para as Américas a fim de trabalhar como escravos. Mais de 11 milhões de africanos sobreviveram à travessia atlântica e chegaram ao Novo Mundo, e desses, inacreditavelmente, apenas cerca de 450 mil desembarcaram nos Estados Unidos. Ou seja, a experiência africana “real” no Novo Mundo, com base somente em números, desenrolou-se ao sul de nossa longa fronteira meridio-

nal, ao sul de Key West, ao sul do Texas, ao sul da Califórnia — nas ilhas do Caribe e em toda a América Latina. E nenhum país do hemisfério Ocidental recebeu mais africanos do que o Brasil.

A primeira vez em que pensei em raça, integração, segregação ou cruzamento fora do contexto dos Estados Unidos, das leis Jim Crow* e do Movimento pelos Direitos Civis foi, provavelmente, na noite em que assisti ao filme *Orfeu do Carnaval*. Eu vinha pensando muito sobre a África e sobre os negros que viviam na África desde que cursara a quinta série, em 1960, o grande ano da descolonização africana, quando dezessete nações do continente se tornaram independentes. Entretanto, pensar em negros e na África não é o mesmo que pensar em raça. Não, isso aconteceu, pela primeira vez, em meu segundo ano em Yale, e assisti a *Orfeu do Carnaval* como parte de um trabalho intitulado “Da África às Américas Negras”, o curso de história da arte ministrado por Robert Farris Thompson.

Orfeu do Carnaval, dirigido por Marcel Camus e rodado no Brasil, foi lançado em 1959 e aclamado pela crítica. Ganhou a Palma de Ouro no Festival de Cannes, naquele ano, o Oscar de melhor filme em língua estrangeira e o Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro em 1960. Baseado na peça *Orfeu da Conceição*, de Vinicius de Moraes, uma adaptação da lenda de Orfeu e Eurídice, o filme é ambientado sobretudo no morro da Babilônia, no bairro do Leme, no Rio de Janeiro. Cinquenta anos depois, o filme impressiona por transpor, à perfeição, um conto clássico grego para o mundo dos negros e mulatos cariocas, sem pregação sobre raça ou classe, sem protesto social ou propaganda. Apenas assume suas teses, por assim dizer. Os principais personagens gregos estão pre-

* Leis estaduais e municipais, promulgadas entre 1876 e 1965, para impor a segregação racial de jure nos estados do sul dos Estados Unidos, em contraposição à segregação de facto em vigor no norte. (N. T.)

sentes, entre eles Hermes, o mensageiro dos deuses, e Cérbero, o cão de três cabeças que monta guarda nas portas do Hades, além, é claro, de Orfeu e Eurídice, representados pelo atlético Breno Mello e por Marpessa Dawn, lindíssima, a deusa do cinema negro brasileiro, que, no entanto, nasceu em Pittsburgh, na Pensilvânia, de ascendentes filipinos e afro-americanos.

Três coisas me fascinaram quando vi esse filme. A primeira, como já disse, foi a tradução perfeita do mito grego para um contexto brasileiro, com a raça dos personagens encarada como natural e não trombeteada ou repisada em nenhum momento. A segunda foi o uso da umbanda e do candomblé, religiões afro-brasileiras. Quando Orfeu desce ao Hades (por uma escada em espiral numa repartição pública que informa sobre pessoas desaparecidas) para procurar Eurídice e tirá-la de lá, o “Hades” é mostrado como um ritual de umbanda, com as filhas de santo vestidas de branco e o orixá iorubá Ogum. O espírito de Eurídice incorpora-se numa dessas filhas de santo e fala a Orfeu. Do ponto de vista sociológico, chama a atenção o fato de praticamente todos no filme serem negros ou mulatos. Figuram nele pouquíssimos brancos, e nenhum deles num papel de destaque; o mesmo, descobri depois, ocorre no romance de Zora Neale Hurston, *Their Eyes Were Watching God* [Os olhos deles viam Deus]. Ao assistir ao filme, meus amigos e eu achamos que o Brasil era o mais extraordinário dos lugares: uma democracia mestiça. A julgar pelo filme, o Brasil era mulato. Para nós, *Orfeu do Carnaval* parecia um equivalente cinematográfico da teoria de Gilberto Freyre sobre o Brasil como uma democracia racial. E tudo aquilo me fez desejar visitar o país, mas, para ser honesto, com a vã esperança de topar com uma das filhas da bela Marpessa Dawn.

Pensava em tudo isso, durante o voo (sobrevoando a Amazônia, imagino) para minha primeira visita ao Brasil, rumo ao Carnaval, em fevereiro de 2010. Entre 1561 e 1860, o Brasil, como vi-

mos, foi o destino final de quase 5 milhões de escravos africanos — alguns deles, talvez, meus primos distantes. No entanto, não era para isso que minha mente me levava. Por mais que tentasse, não conseguia parar de pensar no Brasil de minha imaginação: o fausto e a empolgação dos desfiles de Carnaval; suas misturas sincréticas de elementos culturais indígenas, africanos e europeus; a dança ao som de uma música nascida na África; as religiões de origem iorubá, fon e angolana fundidas no candomblé e na umbanda; as muitas expressões regionais das religiões afro-brasileiras, como o xangô, o batuque e o tambor de mina. Todas essas formas culturais eram aspectos notáveis de uma cultura nacional irresistivelmente vibrante, criada com base nas múltiplas contribuições da diversidade multiétnica da população — um mar de belos rostos mestiços, com sorrisos brancos brilhantes, ao menos como eu os via em minhas lembranças de *Orfeu do Carnaval*.

Muito do sincretismo cultural brasileiro se manifesta no Carnaval, e a mais “africana” das várias manifestações das tradições carnavalescas do Brasil ocorre a cada ano na Bahia. Ao embarcar no avião que me levaria de São Paulo a Salvador — lotado de turistas brasileiros de outros estados do país, de turistas de outros países e até de outros afro-americanos, alguns dos quais, como vim a saber, eram visitantes habituais —, comecei a imaginar o que, exatamente, eu encontraria quando o avião pousasse. Como cerca de 43% de todos os escravos embarcados para as Américas acabaram no Brasil, hoje mais de 97 milhões de brasileiros, numa população total de 190 milhões, têm um nível substancial de genes africanos e se identificam como pardos ou negros no censo federal (entre cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena). Isso torna o Brasil o segundo país de população negra no mundo, depois da Nigéria, se usarmos as definições raciais empregadas nos Estados Unidos. (O Brasil, pode-se dizer, é geneticamente pardo, embora haja algumas áreas do país, como Porto Alegre, que são esmagadoramente bran-

cas.) E um terço dos escravos brasileiros — cerca de 1,5 milhão — desembarcou no Brasil pelo porto da Bahia.

Graças ao Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos, sabemos hoje que 70% deles vieram de Angola, e que grande parte das religiões afro-brasileiras provém de duas fontes: a primeira, dos iorubás do oeste da Nigéria e do Benin; e, a segunda, do que os historiadores Linda Heywood e John Thornton chamam de “catolicismo angolano”, que tinha raízes em Angola e foi trazido ao Brasil pelos escravos. (O catolicismo angolano surgiu do engenhoso e deliberado sincretismo, promovido pelo rei Afonso I do Congo [Mvemba a Nzinga], entre o cristianismo e os cultos centro-africanos chamados “xinguilas” pelos portugueses, processo que já se achava bem avançado em 1516, antes, portanto, da presença de africanos no Brasil. E o catolicismo angolano era, em todos os aspectos, uma religião africana, tanto quanto a religião iorubá dos orixás. Quando chegaram ao Brasil, muitos escravos de outras partes da África converteram-se ao catolicismo, não da maneira como a religião era praticada em Portugal, mas como era praticada em Angola, e, de fato, muitos foram catequizados, de modo formal ou informal, por angolanos.) E esse sincretismo se manifesta na religião chamada candomblé, um dos mais sedutores produtos da cultura pan-africana no Novo Mundo. O candomblé é a essência da cultura negra no Brasil. E se a cultura negra brasileira tem uma capital, sem dúvida é a Bahia.

Eu sabia também que o Brasil era um lugar de contradições. Foi o último país do hemisfério Ocidental a abolir a escravatura, em 1888, pouco depois de Cuba (1886). Mas foi também o primeiro a afirmar estar isento de racismo, e a tese da “democracia racial” de Gilberto Freyre era considerada uma doutrina oficial brasileira. Quando li textos sobre o Brasil na faculdade, no fim da década de 1960, o país ainda era visto, em geral, como uma sociedade modelo de um mundo pós-racial — bem diferente dos Esta-

dos Unidos, cuja rígida segregação o Movimento pelos Direitos Civis tentava desmontar —, embora essa ideologia de democracia racial fosse desmerecida (Du Bois criticou-a em 1942) e a ditadura militar tenha acabado com o debate sobre raça e racismo no país. Na realidade, o Brasil é um dos países de maior mistura racial no planeta — uma nação híbrida cuja população descende, principalmente, de africanos, de europeus e de seus primeiros habitantes indígenas. Nos Estados Unidos, todos os afrodescendentes são classificados como negros; no Brasil, as categorias raciais passaram por um processo anabolizante e existem pelo menos 134 categorias de afro-brasileiros. Os brasileiros, ou pelo menos assim me disseram, creem que a cor está nos olhos de quem a vê. Entretanto, quem são os afro-brasileiros? E o que eles pensam de sua história — de sua própria relação com a África e com a negritude? Eu queria ouvi-los.

A Bahia me inflamara a imaginação, pois grande parte dos estudos a respeito de vestígios da África no Novo Mundo aborda ritos e práticas culturais que ganharam corpo ali. Há quinhentos anos, os portugueses criaram um império açucareiro nessa região, nos atuais estados da Bahia e de Pernambuco — uma das maiores economias de plantations do mundo. De início, usaram-se índios como mão de obra agrária, mas o número deles se mostrou insuficiente. Os portugueses precisavam de braços escravos para atender à demanda de trabalhadores, e por isso os africanos foram importados em grande número. Os primeiros vieram das ilhas atlânticas dominadas pelos portugueses, como trabalhadores qualificados empregados no processo de produção do açúcar. Com o aumento da demanda pelo produto, o número de escravos enviados ao Brasil cresceu de forma exponencial. Angola tornou-se a fonte principal desses escravos.

Em 1600, o Brasil produzia metade do açúcar do mundo, graças à mão de obra de escravos africanos. Eu estava ansioso para

conhecer aquele lugar, o primeiro a ser visto por tantos africanos ao desembarcar dos navios negreiros, decerto aterrorizados e absolutamente desorientados, temerosos de seu destino no Novo Mundo e, alguns, até convencidos de que estavam ali para ser devorados por canibais brancos! Entretanto, nada que sonhara ou imaginara, nada do que lera ou até pesquisara, havia me preparado para o que experimentei na Bahia. Saí de meu carro numa rua movimentada, olhei em torno e pensei: “Meu Deus, estou de volta à África!” Falo a sério. Para onde quer que eu olhasse, via brasileiros com a África estampada em seus rostos e, com a mesma intensidade, em sua cultura. Do outro lado da rua, vi uma mulher com um turbante igual à que eu vira poucos anos antes na Nigéria. Devido à longa história de intercâmbio cultural entre a Bahia e a África Ocidental, que remontava ao século XIX, panos e outros objetos culturais dessa região tinham vindo junto com os escravos.

Poucos percebem que o tráfico dos iorubás entre o Brasil e a Nigéria foi uma via de mão dupla pelo menos desde o começo do século XIX, quando um número crescente de escravos libertos voltou para a África após a supressão da rebelião muçulmana de 1835, causando, entre outras coisas, uma polinização cruzada nas práticas religiosas dos iorubás. Hoje em dia, fui informado, alguns negros brasileiros, com consciência cultural, tentam ser “autênticos”, e artigos como panos ainda são importados, embora tecidos brasileiros sejam os mais utilizados por adeptos do candomblé e por negros de classe média, já que o tecido importado é caríssimo. A Bahia orgulha-se de suas raízes e de sua herança africana, sobretudo por ocasião do Carnaval. As pessoas ali são mais “africanas”, do ponto de vista genético, do que em qualquer outra região muito populosa do Brasil. Os cheiros no ar, o modo como os homens caminham na rua, o jeito como as mulheres andam, as formas de culto e suas crenças religiosas, os pratos que comem — tudo me lembrou demais as coisas que eu tinha visto, cheirado e ouvido na

Nigéria e em Angola, mas transplantadas para o outro lado do oceano — semelhantes e familiares, mas diferentes: África, sim, mas com um toque do Novo Mundo, uma África com variantes claras.

Magnetizado, avidamente atento às filhas de Marpessa Dawn que eu ia vendo, caminhei horas pelas ruas antes de chegar ao meu primeiro encontro, com João José Reis, professor de história na Universidade da Bahia. Queria compreender o que ocorrera ali, e por isso queria começar com o professor Reis, que dedicou toda sua vida profissional ao estudo da história da escravidão no Brasil. Logo de saída, ele me disse que o número de africanos trazidos para o Brasil como escravos fora dez vezes maior do que o dos levados para os Estados Unidos. Os motivos disso, explicou, eram de ordem econômica e geográfica. O Brasil ficava mais perto da África do que qualquer outro destino importante no Novo Mundo (muito mais perto do que as colônias inglesas no Caribe ou na América do Norte). Na verdade, embora isso aparentemente não faça sentido, para um navio que partisse de certos portos africanos com destino à Europa, era mais fácil chegar lá passando pelo Brasil. Além disso, as terras do Recôncavo Baiano, em torno da baía de Todos os Santos, onde em 1549 se fundou Salvador, a capital da Bahia, eram férteis e adequadas a um dos produtos agrícolas mais cobiçados e lucrativos na época — o açúcar. Por isso, no início do século XVII, *açúcar* e *Brasil* eram sinônimos. E praticamente todo o açúcar era produzido por escravos. O açúcar é um dos temas em destaque neste livro. Com o deslocamento do centro da produção açucareira do Brasil para o Haiti e dali para Cuba, também mudaram, ao longo de um período de duzentos anos, o volume do comércio de escravos e o tamanho da população escrava. Embora tanto o México quanto o Peru tivessem engenhos de açúcar, com mão de obra escrava, em sua maioria os afro-mexicanos e afro-peruanos viviam em áreas urbanas. Muitos trabalhavam na indústria têxtil e outros ainda produziam alimentos nas cidades. Na

Colômbia, ou “Nova Granada” (área não tratada aqui), trabalhavam sobretudo em minas, e não com o açúcar.

“Salvador, Bahia, foi uma das cidades atlânticas mais importantes nos séculos XVI e XVII e durante todo o século XVIII”, disse-me Reis, com a paciência de um grande mestre habituado a dar aulas a universitários americanos absolutamente despreparados. “No século XIX, a cidade vivia cheia de estrangeiros que vinham da Europa, dos Estados Unidos, do Caribe e da África. Era uma sociedade multicultural, uma sociedade cosmopolita, talvez até mais do que hoje em dia.” O Brasil era um dos destinos preferenciais de aventureiros e, por isso, muitos europeus que iam para a Bahia eram homens solteiros. Nas colônias britânicas da América do Norte, era comum que chegassem famílias inteiras para começar vida nova. Contudo, no começo da história da Bahia, portugueses solteiros eram a norma, e eles faziam conquistas sexuais onde conseguiam — de forma brutal ou coerciva e, às vezes, consensual —, primeiro entre as mulheres nativas e, depois, entre as escravas africanas. Assim começou o caldeamento racial que viria a definir o Brasil.

Perguntei ao professor Reis como eram tratados esses escravos, sobretudo em comparação com o tratamento dado aos escravos nos Estados Unidos. Eram tratados melhor, de forma mais humana, do que os americanos? A resposta positiva, é claro, faz parte da explicação de Gilberto Freyre para a origem da “democracia racial” do Brasil, e hoje está integrada à mitologia nacional. O que os brasileiros gostam de dizer hoje sobre seu passado escravagista é bastante inusitado. De acordo com essa história, foi devido à intimidade (especificamente, sexual) entre senhores e escravas que o país fez uma transição com poucos sobressaltos da escravatura para a tolerância, passando de um racismo extremamente informal, mas extremamente eficaz (não havia no Brasil lei alguma que proibisse os negros de ocuparem qualquer cargo na sociedade ou na política), para uma democracia racial. Como isso

foi possível? Poderia algum país fazer essa transição? Teria sido a escravidão no Brasil fundamentalmente diferente da que existiu nos Estados Unidos? As respostas que ouvi foram complexas.

Reis me disse que as pessoas na Bahia com frequência libertavam seus escravos ou permitiam que comprassem a própria liberdade. Com efeito, os baianos concederam manumissão — emancipação — a um maior número de escravos do que qualquer outra região das Américas. Alguém poderia pensar que isso tornava o escravo baiano um sujeito de sorte, se é que pode haver alguma relação entre sorte e a condição de escravo. No entanto, isso escondia uma realidade mais profunda e desagradável. Havia na Bahia muito mais escravos, num certo momento do tráfico negreiro, do que em quase todos os demais lugares — e para a maioria dos nascidos na África, a existência no novo país era breve e de dureza insuportável. (À medida que a escravidão crescia no sul do Brasil, graças à mineração e, mais tarde, ao café, as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo vieram a ter maiores populações de escravos. Em meados do século XIX, por exemplo, não havia em todo o hemisfério Ocidental uma cidade com maior número de escravos que o Rio de Janeiro — quase 100 mil.) A oferta contínua de mão de obra servil na Bahia fazia com que muitos escravos tivessem um tratamento particularmente ruim, porque podiam ser substituídos com muita facilidade. As condições de trabalho eram muitas vezes de uma brutalidade indescritível.

“Os fazendeiros americanos não tinham acesso tão fácil às fontes de escravos na África”, disse Reis, “e por isso nos Estados Unidos os escravos eram mais bem tratados do que no Brasil. Tinham melhores moradias, melhores roupas, melhor alimentação. E desde o início do tráfico, a população escrava pôde se reproduzir. Isso não aconteceu no Brasil.”

No Brasil, prosseguiu Reis, os senhores de escravos podiam sempre substituir africanos mortos por africanos vivos, a custo

médico. A maioria dos americanos não se dá conta do quanto o Brasil fica perto da costa ocidental da África, de forma que trazer novos escravos acabava sendo menos oneroso do que proporcionar alimento, remédios e acomodação decente a escravos mais idosos. Essa realidade não ocorria nos Estados Unidos, onde os custos de transporte dos escravos alcançavam valores substanciais e onde, por isso, contraditoriamente, dava-se muito valor à vida de cada um deles. No Brasil, porém, os portugueses muitas vezes faziam os escravos trabalhar até a morte, pois era mais barato substituí-los do que cuidar deles.

Os escravos libertados eram a exceção, e não a regra, em vista do número imenso de escravos importados pelo Brasil. Segundo Reis, muitos desses escravos libertados eram filhos — ou outros descendentes — de escravas com seus senhores, muitas vezes resultantes de estupros. Nesses casos, as crianças mestiças, nascidas no Brasil, se saíam muito melhor na vida, ao obter a liberdade, do que suas mães africanas, do que a maior parte das escravas ou do que quase todos os outros escravos do sexo masculino. Com isso, já durante a escravidão, surgiram diferentes classes de negros, que perpetuaram sua posição de classe, sendo a “classe” indicada pela cor, por graus de mestiçagem. Assim começa a mestiçagem do Brasil. Contudo, é claro que a maioria dos escravos não se reproduzia com brancos; se tinham filhos, era entre eles.

“Não estou dizendo que não houvesse mestiçagem”, disse Reis.

Havia. Mas não era a regra. E os escravos nascidos no Brasil eram alforriados muito mais depressa e com mais facilidade do que os nascidos na África, porque podiam criar ligações mais pessoais com os senhores — uma situação muito diferente da dos africanos, que chegavam ao país sem conhecer a língua e eram mandados di-

retamente para a lavoura. A maioria dos escravos domésticos, por exemplo, tinha nascido no Brasil. Trabalhavam na casa-grande, mais próximos da família do senhor. E assim era-lhes mais fácil obter a manumissão. Há estatísticas que demonstram isso claramente: na competição pela alforria, os escravos nascidos no Brasil, sobretudo os mestiços, tinham muito mais êxito do que os africanos. Era uma situação injusta.

Depois de me despedir de Reis, quis examinar por minha própria conta as raízes africanas da Bahia, depois de ter lido tanto a respeito. Por isso fui visitar o Pai João Luiz em seu terreiro de candomblé. Como vimos, o candomblé é a religião criada no Brasil por escravos que buscavam uma forma de manter contato com seus deuses ancestrais em Angola, na Nigéria e no Daomé (hoje Benin). O Brasil aleitou, acalentou, criou e adotou os rituais do candomblé. Mas foi a África que os gerou.

O terreiro do Pai João é um dos mais de 1100 existentes em Salvador. Gosto muito de ler e ouvir histórias sobre os deuses iorubás — histórias tão ricas quanto as que compõem a mitologia greco-romana —, em suas várias manifestações nos dois lados do Atlântico. Se Zeus e Júpiter, bem como as demais divindades olímpicas, vivem na cultura ocidental por meio da literatura, aqui os deuses vivem nos rituais e no culto, em geral ao lado da Santíssima Trindade e dos santos cristãos, embora a literatura da umbanda e do candomblé, escrita por iniciados, também seja muito popular no Brasil, tal como em Cuba. Admiro o Pai João, e lhe disse isso, por manter os deuses africanos vivos no Novo Mundo.

“Isso é da maior importância para mim”, disse-me ele, ao nos sentarmos, do lado de fora, numa favela, enquanto esperávamos que os frequentadores chegassem para a cerimônia.